

## O PARTIDO DOS INTELLECTUAIS<sup>1</sup>

### THE PARTY OF INTELLECTUALS

Jonnefer Francisco Barbosa<sup>2</sup>

**Resumo:** Baseando-se em argumentação realizada por Pasolini em 1974 sobre a posição do intelectual em tempos de neofascismo, o texto elabora uma análise sobre algumas aporias da esquerda no Brasil após 2018, envolvendo os conceitos: governamentalização dos partidos de esquerda; partido dos intelectuais; história e consciência de classe em tempos de neoliberalismo imperial.

**Paravras-chave:** esquerda acadêmica, democracia brasileira, intelectuais.

**Abstract:** Based on an argument made by Pasolini in 1974 about the intellectual's role neo-fascism's times, this paper elaborates an analysis on some aporias of the left in Brazil after 2018, involving the concepts: governmentalization of the left parties; party of intellectuals; history and class consciousness in times of imperial neoliberalism.

**Keywords:** academic left, brazilian democracy, intellectuals.

Em 1933, a associação dos professores nacional socialistas da saxônia apresentou uma declaração coletiva de apoio ao nacional-socialismo, declaração assinada por cerca de 960 membros do corpo docente de diversas universidades alemãs. O documento foi claramente compilado com vistas à quantidade. Não havia muitas assinaturas de professores eminentes.

Grande proporção da lista era representada por acadêmicos jovens e relativamente desconhecidos. Era difícil dizer se eram mais entusiasmados,

---

<sup>1</sup> Retomo aqui alguns argumentos apresentados em exposição no congresso "Pasolini, n. 3: A Anarquia do Poder", ocorrido na UFPR, *campus* Reitoria, entre os dias 8 e 9 de novembro de 2018. Agradeço os colegas que durante o encontro fizeram apontamentos e críticas ao texto então apresentado. Também sou grato ao professor Claudio Felix Medeiros, da UFF, pelas interlocuções e indicações sobre o movimento abolicionista no Brasil.

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-SP: <jonnefer@hotmail.com>.

mais oportunistas ou apenas menos seguros em seus cargos acadêmicos do que os mais velhos. De qualquer modo, o documento representou de fato uma demonstração relativamente modesta em favor dos nacional-socialistas.

Provou o que pretendia refutar: que no seio da comunidade acadêmica alemã os defensores inteiramente leais ao terceiro *reich* constituíam pequena minoria.

Foi nesse contexto que a cultura mandarim foi sobrepujada pelo nacional-socialismo. O mandarim médio se sentia distante e vagamente chocado. Em sua opinião havia violência demais e pouquíssimo respeito pelas tradições do *Geist*.

[...]

As fraquezas pessoais desempenharam seu papel. Era grande o medo de perder o cargo, o medo de ser excluído da “comunidade nacional” e colocado ao lado dos “professores desacreditados”, dos esquerdistas e dos judeus.

O comportamento de muitos acadêmicos diante desses riscos contrastou agudamente com o idealismo extraterreno que tanto haviam pregado aos outros. Desapareceram as posições heroicas que haviam adotado contra as autoridades tolerantes do “Estado da ralé”. Em seu lugar a norma era uma ambígua passividade. A liberdade e a pureza do ensino não foram defendidas com vigor contra esse ataque da direita.

Pouca oposição ativa era feita à nova ordem, mesmo antes de ficar bem claro que essa resistência levaria à prisão ou coisas piores. Quando se abandonou a ficção da essência genuína, o terror nacional-socialista já estava firmemente estabelecido. Muitos intelectuais alemães agora definiam sua posição como de “emigração interna”. Procuraram um refúgio na cultura esotérica. Finalmente perceberam que o nacional socialismo era seu inimigo muito mais que qualquer república socialista jamais seria. Essa percepção não lhes trouxe nenhum proveito; o império mandarim estava em ruínas.

(Fritz Ringer, *O declínio dos mandarins alemães*.

*A comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*).

Quando pensamos sobre os significados e sentidos do pertencimento à esquerda em nosso tempo, o malfadado século XXI, de imediato associamos ao esquerdismo uma exclusiva vinculação à *profissão intelectual*. Um partido exclusivo dos intelectuais, mas também um partido da contestação permanente, naquele sentido trazido por Wendy Brown (2007, p. 78), de uma postura de “objeção contínua ao regime estabelecido: um partido de reclamações, ao invés de um partido com visão política, social e econômica alternativa”.

Será tal conclusão advinda de uma falsa impressão, de um equívoco de percepção – porque falamos do interior da universidade e tal hipótese nada mais seria do que a expressão da dificuldade de perspectiva trazida por círculos asfixiantes –, uma conclusão surgida do provincianismo academicista? Ou de fato a esquerda se entrincheirou fantasmagoricamente nos ambientes da classe intelectual, após o colapso dos movimentos operário e do campesinato, que lhes incutiam um plano

de imanência vital? Ou será que nos limitamos à análise apenas de uma parcela da esquerda que se aburguesou, enrijecendo-se em mandarinato, quando, no final das contas, há uma esquerda plural e viva (esquerdas!) respirando e vivendo para muito além dos muros das universidades, centros de pesquisa e sindicatos?

Quero deixar bem claro que não falo de uma estrita intelectualização da esquerda, em um sentido iluminista, mas de uma vinculação desta a campos do neocapitalismo intelectual: os esquerdistas do século XXI não são mais camponeses ou proletários, são os *luigini*, para usar a expressão de Carlo Levi apreciada por Agamben: “os burocratas, os organizadores, os políticos, a classe média e os pequenos burgueses de toda espécie”, os tecnocratas “ou qualquer outro personagem digital mais obscuro de quem mal conseguimos ver o rosto”, distantes daqueles que “fazem as coisas, as amam e com elas se alegram” (AGAMBEN, 2018, [s.p.]):<sup>3</sup> artesãos, poetas, criadores e cultivadores.

O que significa dizer que a esquerda se tornou *intelectual*, e o intelectual foi engolido pelo capitalismo concorrencial. Trata-se, portanto, de um duplice ocaso, ou das duas faces de um mesmo estertor moribundo.

Pode-se arguir que há um vínculo ontológico entre a produção da vida e as representações políticas, e, em um tempo em que o capitalismo se tornou “informacional”, inevitavelmente assistiríamos à emergência de uma esquerda à altura do capital intelectual-cibernético, porém assumir tal progressivismo ingênuo e a-histórico é negar a constitutiva materialidade de nossos tempos e as contingências das lutas, em um momento que não é apenas o das “novas tecnologias”, mas sobretudo das novas formas de escravismo.

Um elemento que não pode ser desconsiderado é a governamentalização dos partidos de esquerda em seus programas e modos de atuação. Não pretendemos fazer um histórico desse processo, mas, no contexto de neoliberalismo concorrencial, os partidos de esquerda se tornam agenciamentos de estruturas gestórias mais amplas e supostamente inevitáveis, diferenciando-se dos partidos de direita apenas pelo viés do humanitarismo e da ampliação dos mercados às classes populares, quando não pela defesa de um capitalismo nacional (os progressistas, cuja pretensão é fazer os pobres desaparecerem). Em outros termos: em nenhum momento colocam em questão as coordenadas dos

---

<sup>3</sup> Discurso pronunciado na solenidade de recebimento do Prêmio Nonino, no dia 27 de janeiro de 2018, nas Distillerie di Ronchi di Percoto, em Udine, Itália.

diagramas neoliberais. Com o predomínio de uma nova modalidade de poder, em que a governamentalidade, associada a fluxos especulativos de caráter imperial, passa exigir a aniquilação da insurgência, cujo projeto implica diretamente a ausência de escrúpulos dos neofascistas, a esquerda enquanto partido governamental perde o sentido de sua existência, que era exatamente o de legitimar a governamentalidade capitalista como um todo. Em tempo de submissões maquínicas mantidas à base de *fake news* e guerras algorítmicas, a legitimação e a hegemonia tornaram-se peças descartáveis no arsenal neogovernamental. Portanto, nosso tempo é o do fracasso das esquerdas institucionais.

E a esquerda não institucional, se é que ela exista, passou a gravitar na intelectualidade *luigina*, ou seja, no mandarinato. Perdeu o vínculo com as classes populares, que hoje orbitam na esfera do *lumpen*.<sup>4</sup>

A formação do intelectual acadêmico brasileiro no modelo neoliberal de universidade está baseada na díade currículo e carreirismo. A extensão universitária, em um país com severas distorções sociais, foi abandonada ou sequer implementada, principalmente nas periferias, entregues estas ao pastorado evangélico neopentecostal. Um lugar comum entre os intelectuais acadêmicos brasileiros é que o Partido dos Trabalhadores, durante mais de uma década no poder, não priorizou a educação política dos pobres, optando por um modelo de inclusão pelo mercado. Tal diagnóstico é parcialmente correto. É preciso mencionar que o avanço da estrutura universitária federal, com criação e interiorização das universidades, ampliação da carreira docente e o aumento na concessão de bolsas de pesquisa, não foi acompanhado de uma inserção social dessas universidades. Professores priorizaram projetos pessoais ligados ao currículo e à produção – com o equívoco de uma política de carreirismo e empresariado de si neoliberal implementada via Capes e Cnpq –, deixando de lado a dimensão constitutiva de uma universidade, a extensão. Uma negligência evidente, descontando raríssimas exceções, com o entorno social dessas universidades, perpetrada pela própria classe intelectual travestida em novo mandarinato.

O modelo *carreirístico* repercute também em uma formação aplicada uniformemente: do aspirante a intelectual, nascido em famílias abastadas e intelectualizadas, treinado para a função desde jovem, aos estudantes oriundos de classes populares que precisam se profissionalizar e, não raro,

---

4 Desenvolvo este argumento no texto “Notas sobre revoltas lumpen” (BARBOSA, 2018), publicado no *blog Flanagens* em maio de 2018.

negar seus locais de origem para ascender e manter-se como mandarins. Ressalte-se que nos referimos a um país cuja formação intelectual é vista com ressalvas, e não está no horizonte estratégico da política oficial.

Portanto, na exata medida em que a esquerda fica reduzida à intelectualidade, esta classe se afasta das classes populares, quando não passa a adotar uma visão de mundo europeia ou norte-americana, mesmo que habite o país: como professores universitários, também formamos desterrados em sua própria terra.

Não saímos do paradoxo Nabuco. O abolicionista que fala de dentro da casa grande.

Entendemos que o pano de fundo da cultura escravocrata é um determinante social que nos diferencia da posição de Pasolini. O escravismo é um dos vetores explicativos da cultura política brasileira: no Brasil, a escravização de seres humanos por outros seres humanos foi um modo de produção muito recente, no qual não apenas senhores de engenho possuíam escravos, mas também pequenos comerciantes e profissionais liberais, e até mesmo ex-escravos. Além disso, inúmeras cidades do país tiveram como um dos pilares de sua economia a figura do escravo de ganho.

Em janeiro de 1890, o governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca oficializava o hino da proclamação da República, escrito por Medeiros e Albuquerque, tendo como versos principais: “Liberdade! Liberdade!/ Abre as asas sobre nós!/ Das lutas na tempestade/ Dá que ouçamos tua voz!/ Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em tão nobre País...”<sup>5</sup>

Nós nem cremos que escravos outrora, tenha havido em tão nobre País... Tratava-se, portanto, de apagar o passado muito recente de torturas, assassinatos, estupros e mercadorização de pessoas, ou seja, todo um sistema social genocida que estruturou até então a vida cotidiana do país. Então, a pergunta colocada por Nabuco, com o abolicionismo, não é “Como reparar os crimes hediondos do escravismo?”, mas “O que farão essas pessoas quando suas coleiras forem retiradas?”.

---

<sup>5</sup> O hino foi publicado no *Diário Oficial* de 21 de janeiro de 1890. Sou grato a Claudio Felix Medeiros pela indicação dos versos e pelos apontamentos acerca do debate abolicionista do período, em pesquisa ainda inédita e coletiva sobre André Rebouças, José do Patrocínio e Luiz Gama, vinculada ao Laboratório Geru Maã de Filosofia (IFCS-UFRJ).

Surge aí a construção mitológica e violenta da cordialidade brasileira (uma fraca hipótese intelectual, muito antes de Gilberto Freyre), o espúrio mito nabuqueano da generosa e pacífica relação entre senhores e escravos.

A cultura estritamente camponesa no Brasil não foi uma construção de cinquenta mil anos – cifra a que Agamben (2018) se refere ao falar sobre a cultura camponesa italiana e seu desaparecimento contemporâneo –, ela foi implementada e gestada em meio à matança de indivíduos e à invasão recentíssima de terras indígenas, deportações e escravização massivas de povos do continente africano e posterior defesa imunitária e armada contra a multidão de ex-escravos e escravos libertos. Eis nosso presente. Curiosamente, as levas de imigrantes europeus que aqui aportaram no século XIX e primeira metade do século XX, majoritariamente atuando como camponeses, artífices urbanos ou pequenos comerciantes – a saber, muitas das atividades também realizadas por pessoas submetidas à escravidão –, esses grupos de imigrantes europeus pobres implementaram posteriormente no Brasil, sobretudo nas regiões sul e sudeste, um racismo estrutural, advindo de uma austera ética do trabalho e de um exílio interno, cuja grande preocupação era criar espaços de separação entre sua diáspora e a diáspora absolutamente violenta das pessoas que aqui aportaram em navios tumbeiros. O maior pesadelo de um alemão supremacista dos campos de Guarapuava era ser confundido com um escravo ou tratado como tal, por isso foram os primeiros a atacar os quilombos.

A suposta cordialidade nabuqueana e freireana, forjada no interior das elites da casa grande e cujo avatar contemporâneo é a negociata e a contemporização – práticas absorvidas pela esquerda mandarim –, é a todo momento suspensa para expor-se naquilo que efetivamente é: uma farsa grotesca. Com a vitória bolsonarista em 2018, assim como no período ditatorial, o que vem à superfície é a própria cultura escravocrata, que subjaz à cultura brasileira. As expressões são literais, como quando Bolsonaro diz que fará valer a lei no lombo dos adversários, isto é, o açoite, uma das mais velhas máximas escravocratas no país. No Brasil o neofascismo ainda mantém os mesmos instrumentos de tortura e amedrontamento do capitão do mato e do senhor de escravos. E é preciso dizer: a pequena burguesia brasileira neofascista que hoje apoia Bolsonaro é herdeira de pequenos senhores de escravos saudosos do tempo das mucamas. Por isso, ao contrário da posição italiana, que é a perspectiva de Pasolini e de Agamben, não se trata aqui de um pretenso fim da cultura camponesa e operária, mas da reativação de elementos fascistas de uma pequena

burguesia brasileira que sempre foi habituada a práticas violentas em seu cotidiano. Fascista em sua constituição.

Se os crimes da ditadura não receberam qualquer tipo de punição – ao contrário, espera-se apagá-los da memória histórica brasileira – e essa ausência de punição e a excessiva condescendência aos torturadores durante a democracia formal nos trouxeram até o bolsonarismo, nada mais fazemos do que repetir o processo ocorrido em 1888.

Diante do declínio da esquerda mandarim – com a ascensão do bolsonarismo – e das limitações constitutivas dos quadrantes do iluminismo nabuqueano (eles ainda estão aí, mas possuem existência espectral), no momento em que a esquerda foi entrincheirada na específica “intelectualidade” – aquela que ainda procura enviar seus manifestos de desespero pelos jornalões e cátedras de universidades do eixo Rio-São Paulo, visando “qualificar o debate” para as massas –, temos de pensar arriscadamente em outro tipo de gesto intelectual, aquele pensado por Pasolini (1974, [s.p.]), de quem “tem não só a coragem necessária, mas ao mesmo tempo não está comprometido com a prática do poder, e, além disso, não tem nada a perder: isto é, um intelectual”.<sup>6</sup> Pois a prática política institucional e a coragem da verdade são duas coisas inconciliáveis no Brasil. Para muito além dos limites das casas grandes e cercas eletrificadas, precisamos, como pertencentes ao mandarinato acadêmico, abjurar de nossas classes, habitar quilombos e quebradas, e com eles aprender, pensar em e defender milhares de outros e novos aquilombamentos no sombrio inverno que se aproxima, um momento de perigo que nos propicia um encontro extemporâneo com os resistentes que desapareceram na longa noite de quase 400 anos.

---

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O operário e o camponês. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. *Flanagens* [on-line]. 2 fev. 2018. Disponível em: <<https://flanagens.blogspot.com/2018/02/o-campones-e-o-operario-giorgio-agamben.html>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BARBOSA, Jonnefer. Nota sobre revoltas lúmpen. *Flanagens* [on-line]. 29 maio 2018. Disponível em: <<http://flanagens.blogspot.com/2018/05/nota-sobre-revoltas-lumpen.html>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

---

<sup>6</sup> Este artigo publicado originalmente no *Corriere della Sera* de 14 de novembro de 1974, com o título *Che cos'è questo golpe*.

- BROWN, Wendy. *Les Habits neufs de la politique mondiale: néolibéralisme et néo-conservatisme*. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2007.
- PASOLINI, Pier Paolo. O romance dos massacres [1974]. Trad. Danielle Chagas de Lima. *Revista Fevereiro*. n. 7, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=07&t=19c>> Acesso em: 22 abr. 2020.
- RINGER, Fritz. *O declínio dos mandarins alemães. A comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Edusp, 2000.

Recebido: 2/2/2020

Aceito: 2/6/2020

Publicado: 16/6/2020